

## Sumário

Capital Social e Políticas Públicas em Novo Hamburgo subsídios para o desenvolvimento local ....	2
Informalidade, Economia Solidária e Desenvolvimento. ....	3
PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE EM DOIS MUNICÍPIOS DA GRANDE PORTO ALEGRE .....	4
Percepção de risco da comunidade ribeirinha do Vale do Rio dos Sinos em relação a utilização de venenos/agrotóxicos nas lavouras e a sua saúde .....	5
Riscos, desenvolvimento industrial e políticas públicas frente ao meio ambiente na Região do Vale do Rio dos Sinos.....	6

## **Capital Social e Políticas Públicas em Novo Hamburgo subsidios para o desenvolvimento local**

Roberto Jorgito Bez Dias<sup>1</sup>; Everton Rodrigo Santos<sup>2</sup>

O objetivo central do projeto é investigar as dotações (o volume) de capital social (CS) na cidade de Novo Hamburgo e sua relação com as políticas públicas municipais. Em outras palavras, procuramos verificar se os laços de confiança interpessoal, os níveis de associação e organização na cidade, constituem-se como uma variável explicativa para os níveis de satisfação desta população com as políticas municipais de saúde, educação, segurança, meio ambiente, desenvolvimento, participação comunitária. Neste sentido, abre-se uma série de possibilidades para investigações, tais como: O impacto do capital social sobre a pobreza na cidade, o impacto do capital social sobre a saúde, a educação, a segurança, etc. A pesquisa justifica-se pelo importante papel desempenhado pela sociedade na consecução das políticas públicas, subvertendo a idéia segundo a qual, a qualidade da virtude pública do governante, ou o volume de seus recursos orçamentários, explicariam o sucesso de uma política pública. (Universidade Feevale)

Palavras-chave: Desenvolvimento; Políticas Públicas; Capital Social.

---

<sup>1</sup>Autor(es) <sup>2</sup>Orientador(es)

Email (robertobezdias@hotmail.com e evertons@feevale.br)

## **Informalidade, Economia Solidária e Desenvolvimento.**

Diego Coelho de Souza<sup>1</sup>; Luiz Inácio Germany Gaiger<sup>2</sup>

O trabalho vincula-se a projeto de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Unisinos, cujo objetivo principal é explorar os dados do Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES, com ênfase naqueles do segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária (2009-2011). Tencionando tratar com maior abrangência e de modo mais conclusivo questões relacionadas à gênese e ao desenvolvimento das iniciativas de economia solidária no Brasil. Pretendemos então, a partir do confronto entre as estatísticas a respeito do setor informal realizadas pelo IBGE e os dados do Mapeamento Nacional da Economia Solidária, dimensionar as intersecções entre esse dois campos e verificar que características peculiares possuem os empreendimentos econômicos solidários informais. Tencionamos igualmente averiguar as possibilidades que apresentam de consolidarem-se economicamente com base nos princípios da autogestão e da cooperação, garantindo dessa forma a sobrevivência de populações carentes e superando o simples patamar de subsistência, em benefício dos trabalhadores. O estudo fundamenta-se em revisão bibliográfica, em explorações dos dados do primeiro Mapeamento Nacional (2007) e, posteriormente, naqueles do segundo Mapeamento, com apoio em documentos compilados e em estudos qualitativos realizados pelo Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa, da Unisinos, no qual se desenvolve esse trabalho. Segundo o estudo realizado pelo grupo os empreendimentos solidários informais possuem um maior número de ocupados em relação ao setor informal, sendo que o maior número de sócios constitui sua característica principal. A renda média por ocupados se mostra ligeiramente menor nos empreendimentos solidários informais, apesar da renda bruta mensal ser maior, o que se explica pelo maior número de sócios ocupados, entre os quais a renda é distribuída, em termos nitidamente igualitários. Os empreendimentos solidários informais evidenciam envolvimento em redes, fóruns e movimentos sociais, enquanto os empreendimentos do setor informal mostram-se isolados e restritos à geração de renda. Por esta razão entendemos que a Economia Solidária desempenha papel relevante para o desenvolvimento local e regional. Na Feira de Iniciação Científica, 2011, serão apresentados o panorama geral do estudo e os resultados da análise qualitativa, em andamento sob o prisma deste subprojeto, de empreendimentos já pesquisados pelo Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa. (Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos; CNPq)

Palavras-chave: Economia Solidária. Informalidade. Desenvolvimento.

---

<sup>1</sup>Autor(es) <sup>2</sup>Orientador(es)

Email (souzascdiego@gmail.com e gaiger@unisinos.br)

## PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE EM DOIS MUNICÍPIOS DA GRANDE PORTO ALEGRE

Juciele Weirich<sup>1</sup>; Gilnei dos Santos Brisola<sup>1</sup>; Valdir Pedde<sup>2</sup>

**Introdução:** Os Conselhos Municipais de Saúde (CMS) são canais de controle social alicerçados na participação da comunidade. Contudo, o desempenho destes enfrenta dificuldades, por um lado, são novas instâncias democratizantes derivadas de uma sociedade civil com débil tradição participativa, por outro, a existência de concepções oportunistas que vêem os conselhos apenas como instrumentos/ferramentas para operacionalizar objetivos pré-definidos. Como consequência, seu potencial de transformação política depende do comportamento de cidadãos e autoridades públicas. **Objetivo:** Verificar e analisar a participação social em Conselhos de Saúde em Estância Velha e Novo Hamburgo. **Avaliar a concepção de participação do(s) governo(s) municipal(s) e da sociedade.** **Metodologia:** Estudo Qualitativo: etnografia do espaço de participação social, através da observação participante pretende-se descrever a estruturação dos CMS e verificar o sentido de cidadania que se manifesta durante as reuniões. Serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com os gestores e conselheiros dos CMS. **Estudo Quantitativo:** serão aplicados 100 questionários, em cada cidade, com aproveitamento da escala de Likert (cinco pontos), com perguntas semi-abertas à população-alvo do SUS, a fim de examinar o conhecimento sobre a atuação dos CMS. **Resultados Preliminares:** Com base nas entrevistas realizadas foi verificado, em uma das cidades pertencentes ao estudo, o comprometimento do governo junto ao CMS, em outra, é apontado à fragilidade da gestão municipal, a ausência de conhecimento sobre os problemas sociais e falta de transparência na exposição de aspectos financeiros. O CMS é considerado um espaço democrático em que os membros que o compõe procedem orientados por seus interesses, havendo dificuldades a serem superadas para eficiência do processo. Entre os resultados referentes à participação da sociedade civil destaca-se a baixa participação, a falta de capacitação dos conselheiros e o interesse nas discussões sobre os conflitos cotidianos de funcionamento do SUS. **Conclusão:** Apesar de os dados serem iniciais, é possível observar dispares maneiras com que os gestores se relacionam com os CMS. Em uma das cidades a operacionalização das atribuições do CMS parece adquirir caráter assistencialista, em outra, se sustentar da interação entre governo e sociedade civil. (Universidade Feevale; Fapergs)

**Palavras-chave:** Conselho Municipal de Saúde; Participação Social; Transformação Política; Governo; Sociedade

---

<sup>1</sup>Autor(es) <sup>2</sup>Orientador(es)

Email (0042721@feevale.br e valpe@feevale.br)

## Percepção de risco da comunidade ribeirinha do Vale do Rio dos Sinos em relação a utilização de venenos/agrotóxicos nas lavouras e a sua saúde

Camila Rambow<sup>1</sup>; Valesca Beatriz Streppel Panichi<sup>1</sup>; João Alcione Sganderla Figueiredo<sup>2</sup>

Ao longo dos anos, a região do Vale do Rio dos Sinos passou por um processo de desenvolvimento industrial, mudando significativamente as relações de trabalho, produção, obtenção e utilização de produtos. Nessa realidade a mando do mercado as questões ambientais ficaram muitas vezes à margem. Entre os problemas ocasionados se encontram o descarte de resíduos industriais e domésticos não tratados, como também provenientes da contaminação ocasionada pelo uso de agrotóxicos nas lavouras. Visto esse cenário, o presente estudo analisou a percepção de risco da comunidade ribeirinha em relação ao uso de agrotóxicos. Para isso, aplicou-se 89 questionários nos 13 municípios canalizados pelo rio. A pesquisa se fundamenta nas teorias de sociedade de risco de Mary Douglas, Anthony Giddens, Ulrich Beck e Erving Goffman. É evidente que a utilização de agrotóxicos é benéfica para o setor industrial, pois gera maior rendimento, porém sabe-se dos riscos que oferecem ao meio ambiente, a saúde dos consumidores e manipuladores. Ao questionados se é possível a produção agrícola sem o uso de agrotóxicos, inseticidas (venenos) 38,2% concordam completamente, 15,7% concordam e 7,9% concordam parcialmente, já que não utilizavam. Quanto a necessidade de produtos químicos na execução de seu trabalho, 82% relataram não fazer uso. Ao responderem se existe risco ao meio ambiente em relação aos agrotóxicos utilizados no seu trabalho, 86,5% acreditam que não, já que relataram anteriormente não utilizarem esses produtos. Em relação, se os produtos químicos causam danos à saúde do trabalhador, 73,9% dos entrevistados concordam completamente, 15,9% concordam e 5,7% concordam parcialmente com essa afirmativa. Questionados se já apresentaram problemas de saúde em utilizá-los na lavoura, 7,9% dos entrevistados relataram que sim, ou seja, praticamente todos que relataram que no seu trabalho necessitava o uso de venenos/agrotóxicos. De forma geral, constatamos que existe percepção de risco pela maioria dos entrevistados, estando cientes dos danos que o uso de agrotóxicos causa a saúde e ao meio ambiente. Também acredita que seria possível o cultivo sem o uso de produtos químicos, porém pela sua atividade profissional não exigir, não significa que em outras situações não façam uso. (Universidade Feevale; Fapergs)

Palavras-chave: Percepção de risco. Vale do Rio dos Sinos. Venenos. Agrotóxicos. Comunidade ribeirinha.

<sup>1</sup>Autor(es) <sup>2</sup>Orientador(es)

Email (camilarambow@feevale.br e sganfigue@feevale.br)



## Riscos, desenvolvimento industrial e políticas públicas frente ao meio ambiente na Região do Vale do Rio dos Sinos

Valesca Beatriz Streppel Panichi<sup>1</sup>; Camila Rambow<sup>1</sup>; João Alcione Sganderla Figueiredo<sup>2</sup>

Este estudo tem o objetivo questionar o posicionamento da expansão industrial na região do Vale do Rio dos Sinos frente aos riscos ao meio ambiente e as políticas públicas que estão em vigência nesta região, no período de 1998 a 2009. Realizou-se um levantamento nas 14 cidades integrantes do COREDE (Conselho Regional de Desenvolvimento) - Vale dos Sinos, por meio de dados contidos na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e percebeu-se um aumento do parque industrial em 5.308 unidades, sendo as empresas ligadas a indústria do calçados, a alta mais significativa, totalizando 1.286 unidades no período analisado. Um levantamento paralelo, junto ao Ministério do Trabalho analisando a Norma Regulamentadora (NR 4 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho), caracterizam as empresas do ramo dos calçados com um risco ocupacional “Grau 3” que demanda riscos ao trabalhador; por outro lado, a FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental) caracteriza este mesmo grupo de indústrias com um risco ambiental variando de “médio a alto”, dependendo de seu foco de trabalho. Atualmente, a região vive intenso debate sobre a necessidade de expansão de postos de trabalho frente ao bloqueio imposto por normativas de licenciamento de empreendimentos mais restritivas do ponto de vista ambiental e um quadro de degradação ambiental de diferentes origens instalado. Na percepção local, ainda se favorece o desenvolvimento industrial da região mediante a exploração do meio ambiente como acontece na primeira modernidade (Beck e Giddens), apesar de alguns defenderem que as normas ambientais existentes, postulam a máxima da sociedade reflexiva, ou seja, uma segunda modernidade. A partir destes postulados teóricos e dos dados preliminares obtidos pode-se concluir que a região da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos viveu nestes últimos anos (1998-2009) o impulso de uma cultura que valorizou ao extremo o desenvolvimento e progresso por meio da industrialização, chegando a números expressivos aquelas com alto potencial poluidor. Assim, as políticas públicas, na maioria das vezes induziram a este desenvolvimento; poderíamos, como hipótese, dizer que por populismo e para se manter no poder, mas também, devemos analisar que o importante, ainda, para a população que vive nesta região é a empregabilidade e a garantia de condições básicas de sobrevivência. No entanto a primeira modernidade é o que impera. (Universidade Feevale; CNPq)

Palavras-chave: risco. desenvolvimento industrial. políticas pública. meio ambiente.

<sup>1</sup>Autor(es) <sup>2</sup>Orientador(es)

Email (valescapanichi@yahoo.com.br e sganfigue@feevale.br)